"Catolicismo", julho de 1987

Comunismo dos primeiros cristãos: erro histórico

COM FREQUÊNCIA, para justificar o marxismo que pregam, porta-vozes da "esquerda católica" alegam que os primeiros cristãos viviam em regime de comunidade de bens. E, para justificar tal asserção, citam um texto dos "Atos dos Apóstolos" que, evidentemente, interpretam a seu modo.

Eis o texto: "E a multidão dos que criam tinha um só coração e uma só alma; e nenhum dizia ser sua coisa alguma daquelas que possuía, mas tudo entre eles eram comum (...). E não havia nenhum necessitado entre eles. Porque todos os que possuíam campos ou casas, vendendo-os, traziam o preço do que vendiam, e depunham-no aos pés dos Apóstolos, e distribuía-se por cada um segundo a sua necessidade. E José, a quem os Apóstolos deram o sobrenome de Barnabé (que quer dizer Filho da consolação), levita, natural de Chipre, tendo um campo, vendeu-o, e levou o preço, e o depôs aos pés dos Apóstolos. Um homem, porém, chamado Ananias, com sua mulher Safira, vendeu um campo; e, de acordo com sua mulher, reteve parte do preço (do campo) e, levando uma parte, a pôs aos pés dos Apóstolos. E Pedro disse: Ananias, por que tentou Satanás o teu coração, para que mentisses ao Espírito Santo, e retivesses parte do preço do campo? Não é verdade que, conservando-o (sem vender), era teu, e mesmo depois de vendido, não estava em teu poder (o preço)? Por que motivo puseste em teu coração (fazer) tal coisa? Não mentiste aos homens mas a Deus" (At. 4, 32-37 e 5, 1-5; tradução do Pe. Matos Soares).

O que pensar disso?

Aqueles, dentre nossos leitores, mais familiarizados com os meios eclesiásticos de algum tempo atrás, já terão ouvido falar de uma revista que, em sua época, foi renomada: "L'Ami du Clergé" ("O amigo do Clero").

Fundada na França, no século passado, por Mons. F. Perriot, protonotário apostólico, continuou ela a ser editada, semanalmente, até as proximidades da segunda guerra mundial. Revista de alto nível intelectual, sua

especialidade era responder a consultas de interesse eclesiástico, quer fossem doutrinárias, litúrgicas, canônicas etc. E assim servir de orientação, sobretudo para o clero, mas também para os fiéis católicos, em assuntos que concerniam à Igreja de Deus.

Em 1928 era diretor da revista o sacerdote A. Rozier, doutor em teologia e cônego titular de Langres. Entre as questões respondidas por tão autorizada revista, em seu número de 18 de outubro de 1928 (45º ano, 5ª. série, No. 42), encontramos uma sobre "o direito de propriedade na teologia de São Tomás". São dez páginas de luminosa explanação, das quais extraímos apenas o que se refere à pretensa comunidade de bens entre os primeiros cristãos. Nesse texto - fonte segura e séria - nossos leitores encontrarão a fidedigna interpretação da referida passagem dos Atos dos Apóstolos. Só os subtítulos são nossos.

Os hereges contra a propriedade

"CONSTITUIRÁ uma objeção ao direito de propriedade a vida religiosa? Aqui, dizem, o comunismo ou a pobreza é a regra. Não será este, pois, um ideal a que é preciso tender? De outro lado, os primeiros cristãos haviam instaurado entre eles um verdadeiro comunismo (At. IV, 32).

"São Tomás não ignorou esta objeção, e ele a colocou em suas justas proporções. Nem a vida religiosa, nem o "comunismo" dos primeiros cristãos constituem uma dificuldade séria à legitimidade da propriedade privada. Para que a objeção tivesse algum valor, seria necessário que a comunidade de bens realizada na primitiva Igreja tivesse sido imposta aos fiéis, e que a vida religiosa fosse um preceito e não um conselho. A perfeição do conselho evangélico não tira, com efeito, a liceidade de uma prática diferente e, de si, conforme à lei natural.

"O argumento (de São Tomás) (1) calibra bem exatamente esta resposta. São Tomás, com efeito, aí lembra a heresia dos Apostólicos, mencionada por Santo Agostinho (2): 'Os Apostólicos - escreve Santo Agostinho - se enfeitam com esse nome com uma extrema arrogância, porque

eles rejeitam de sua comunhão as pessoas casadas e aqueles que possuem bens em propriedade, a exemplo, na Igreja Católica, dos monges e de certos clérigos. Mas precisamente os Apostólicos são hereges porque, separando-se da Igreja, eles olham como condenados aqueles que fazem uso desses bens, dos quais eles próprios estão desprovidos”.

“A heresia dos Apostólicos não consiste, pois, precisamente, em fazer profissão de continência e de pobreza: os monges e numerosos clérigos têm para si mesmos semelhante exigência. Mas o erro consiste em querer impor a mesma disciplina a todos os fiéis sob pena de condenação. E São Tomás conclui: 'É, pois, um erro dizer que não está permitido ao homem possuir alguma coisa em propriedade.'

"A fortiori esta resposta vale para a dificuldade tirada da perfeição da pobreza evangélica. A vida religiosa, **seja num mosteiro provido de rendas, seja numa comunidade vivendo de esmolas**, é uma vida de conselho, não de preceito, e não se impõe a ninguém. Ainda mais, mesmo do ponto de vista da perfeição da vida espiritual, São Tomás mostra que o conselho evangélico da pobreza não impede absolutamente o rico de santificar-se no meio de suas riquezas: (...) 'Grande foi a virtude de Abraão, que, possuindo imensas riquezas, soube entretanto manter seu coração isento de afeição às riquezas...'

Não havia obrigação de entregar os bens aos Apóstolos

“Na realidade, a comunidade de bens na primitiva Igreja coexistia perfeitamente com a propriedade privada: o pretense 'comunismo' dos primeiros cristãos é um erro histórico. É suficiente ler com atenção os textos de São Lucas (nos Atos dos Apóstolos) para convencer-se disso (...).

“A comunidade de bens residia fundamentalmente na disposição de cada um dos fiéis em olhar todas as coisas que lhe pertenciam, como pertencendo a todos: praticamente, os ricos, na medida das necessidades, vendiam algumas de suas propriedades, levavam o produto aos Apóstolos, e concorriam assim, sob a direção dos chefes da Igreja, para estabelecer um fundo comum de bens destinado a cobrir as necessidades dos pobres. Deste

modo a indignação era de fato suprimida entre os primeiros fiéis. Mas, vê-se, tudo leva a supor que a propriedade privada subsistia ao lado desse sentimento de generosidade extraordinária e, até, ela era necessária para que o fundo comum de recursos pudesse ser alimentado sem cessar, à medida que fossem surgindo as necessidades da Igreja.

“De outro lado, esta generosidade era espontânea, nenhum preceito a impunha: 'Não é verdade que, conservando-o (sem vender), era teu, e mesmo depois de vendido, não estava em teu poder (o preço)?' (At. 5, 4); e, ainda nos Atos (XII, 12) é dito que Maria, mãe de Marcos, tinha uma casa em propriedade' (3).

“São Pedro só censura Ananias numa coisa: ter querido enganar sobre o preço recolhido. Mas toda sua imputação 'prova que os bens permaneciam na posse de cada fiel, que não havia nenhuma obrigação para os fiéis de vender seus bens e de entregar o preço aos Apóstolos' (4)”.

Jackson Santos

Notas:

(1) *Sed Contra* do artigo 2, questão 66, da II-II; e igualmente *Summa cont. G.*, I. III, c, 127, final.

(2) “De Haeresibus”, n. 40, in P.L., t. 42, col 32.

(3) P. Knabenbauer, “Comm. in Actus Ap.”, p. 91.

(4) Jackier, “Les Actes des Apôtres”, n° 152.